



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

CRISTINA LIMA DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

CAJAZEIRAS-PB

2018

CRISTINA LIMA DA SILVA

**O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus Cajazeiras-PB*, como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia

Orientadora: Profa. Esp. Maria Thaís de Oliveira Batista.

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764

Cajazeiras - Paraíba

S586e Silva, Cristina Lima da.

O ensino de história africana e afro-brasileira nos anos iniciais do ensino fundamental / Cristina Lima da Silva. - Cajazeiras, 2018.

50f.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Esp. Maria Thaís de Oliveira Batista.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2018.

1. História - ensino. 2. História africana. 3. História afro-brasileira. 4. Ensino fundamental. I. Pereira, Zildene Francisca. II. Universidade Federal

CRISTINA LIMA DA SILVA

O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

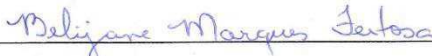
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras-PB, como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado em: 24/07/2018

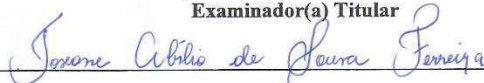
BANCA EXAMINADORA



Profa. Esp. Maria Thais de Oliveira Batista – UAE/CFP/UFCG
Orientadora



Profa. Ma. Belijane Marques Feitosa – UAE/CFP/UFCG
Examinador(a) Titular



Profa. Dra. Joseane Abílio de Sousa Ferreira – UAE/CFP/UFCG
Examinador(a) Titular

Prof. Ms. Danilo de Sousa Cezario – Membro externo
Examinador(a) Suplente

Dedico esse trabalho aos meus pais Clovis (*In
memoria*) e Maria e, a minha filha Maiara
Lima.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela graça de ter me proporcionado estar trilhando este caminho, pelos momentos difíceis que não me deixou desistir, pela força e superação diante dos obstáculos encontrados. A este Deus tão grandioso toda minha gratidão.

Agradeço aos meus amados pais Clovis (in memoriam) e Maria. Exemplos a ser seguido de simplicidade e humildade. Exemplos de vida.

A minha amada e querida filha Maiara Lima que foi um suporte que sempre esteve comigo me ajudando, incentivando com palavras de otimismo.

Aos meus irmãos Cícera, Damião, Francisco e Paulo, pelos momentos que estive ausente e entenderem que era pela luta por um sonho a ser conquistado. Sempre me deram força com palavras.

Agradeço aos meus colegas do curso que de maneira direta ou indireta fizeram parte dessa conquista. A Andrea pelas caronas e, em especial, a duas maravilhosas amigas que Deus me presenteou nessa caminhada: Ana Paula e Daiane, que foram essenciais para chegar onde cheguei.

A Luciana Rangel, patroa, amiga, pelo apoio, que me proporcionou nos momentos que precisei.

Aos meus colegas de trabalho, Janete, Maria, Karla, Mabel, pelo apoio constante. Pelas vezes que entenderam as minhas necessidades de estar ausente, em especial a Poliana que na reta final desse trabalho foi essencial e fundamental para que pudesse dar continuidade ao meu trabalho, abrindo mão do seu notebook. Emprestando-o já que o meu queimou.

Agradeço a todos os professores que me acompanharam ao longo do curso e que contribuíram para minha formação inclusive a pessoal, em especial a professora Risomar que tanto me apoiou e incentivou na caminhada.

A minha querida professora e orientadora Thaís Oliveira, pela acolhida, paciência, incentivo nas orientações, pelo apoio em todas as etapas desse trabalho, sempre prestativa e presente, me ajudando sempre a concluir este trabalho. Dessa maneira, sendo uma peça fundamental para finalizar este trabalho.

Por fim, obrigada a todos que acreditaram em mim. Foi um lindo caminho percorrido.

*Nunca me deixes esquecer que tudo o que tenho, tudo o que sou e o
que vier a ser vêm de Ti, Senhor.*

RESUMO

O presente trabalho teve enquanto objeto de estudo o Ensino de História Africana e Afro-brasileira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, almejando responder a seguinte questão problematizadora: de que forma o ensino da história da África e afro-brasileira está sendo trabalhada em sala de aula? E de que modo tal questão reflete no olhar que temos sobre o negro no Brasil? Para responder este problema temos o objetivo geral de analisar o ensino de história da África nos anos iniciais do ensino fundamental como instrumento de formação e valorização do negro e os objetivos específicos de refletir sobre as contribuições culturais do povo africano para o povo brasileiro; compreender a importância do estudo da cultura africana nos anos iniciais do ensino fundamental; identificar o processo histórico e legal culminante ao ensino de história africana e afro-brasileira e reconhecer a relevância da formação docente mediante ao estudo da História da África para um trabalho de qualidade. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada com cinco professoras de uma escola pública estadual da cidade de Cajazeiras-PB, no qual foi aplicada uma entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. É importante que o professor insira em suas metodologias práticas referentes ao ensino da história, que contribua para a formação de um cidadão consciente, crítico, e que respeite e valorize as diferenças e diversidades culturais. Havendo necessidade de novas abordagens, reflexões e ações que possam desconstruir estereótipos existentes ainda nas escolas, transpassando os muros e refletindo no meio social. Diante da experiência em campo, a fim de responder aos questionamentos da pesquisa pôde-se perceber que a problemática investigada ainda caminha a passos lentos e, que esse ensino embora seja embasado por uma Lei obrigatória, não contempla todo o multiculturalismo da diversidade existente na sociedade.

Palavras-chave: História africana. História afro-brasileira. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The present work had as object of study the Teaching of African and Afro-Brazilian History in the Early Years of Elementary School, aiming to answer the following problematizing question: how the teaching of African and Afro-Brazilian history is being worked in the classroom? And how does this question reflect in the look we have about black people in Brazil? To answer this problem we have the general objective of analyzing the teaching of African history in the early years of elementary education as instrument for the formation and valorization of the black people and the specific objectives of reflecting on the cultural contributions of the African people to the Brazilian people; understand the importance of studying of the African culture in the early years of elementary school; to identify the historical and legal process culminating in the teaching of African and Afro-Brazilian history and to recognize the relevance of teacher formation through the study of the History of Africa for a quality work. This is a field research performed with five teachers from a state public school in the city of Cajazeiras-PB, in which a semi-structured interview was applied as an instrument of data collection. It is important that the teacher inserts in his practical methodologies referring to the teaching of history, which contributes to the formation of a conscientious citizen, critical, who respects and values cultural differences and diversities. There is a need for new approaches, reflections and actions that can deconstruct existing stereotypes still in schools, crossing the walls and reflecting in the social environment. Given the experience in the field, in order to answer the questions of the research it was possible to perceive that the problematic investigated is still slow steps and, that although this teaching is based on a compulsory Law, it does not contemplate all the multiculturalism of the diversity existing in society.

Keywords: African history. Afro-Brazilian history. Elementary School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O TRABALHO COM O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA SOB UM OLHAR PANORÂMICO	12
2.1 Breve historicização do negro no Brasil e no mundo	13
2.2 Aspectos históricos e legais do ensino de história africana e afro-brasileira	16
2.3 Limites e possibilidades da formação docente para um trabalho com a história africana e afro-brasileira.....	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	26
3.1 Caracterização do <i>locus</i> da pesquisa	26
3.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa	27
3.3 Tipo de pesquisa, instrumentos e análise dos dados.....	27
4 PRÁXIS DOCENTE E O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE.....	30
4.1 O ensino de história de forma inovadora e interdisciplinar: uma prática possível?	31
4.2 O livro didático enquanto ferramenta de (des)valorização da identidade negra	33
4.3 O descomprometimento ou desconhecimento da lei 10639/03 nos anos iniciais do ensino fundamental.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	45
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	46
Apêndice B - Questionário de Caracterização.....	49
Apêndice C - Entrevista Semiestruturada.....	50

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve enquanto objeto de estudo o Ensino de História Africana e Afro-brasileira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, almejando responder a seguinte questão problematizadora: de que forma o ensino da história da África e afro-brasileira está sendo trabalhada em sala de aula? E de que modo tal questão reflete no olhar que temos sobre o negro no Brasil?

A diversidade é algo que encanta, mas a atração inicial pelo tema deu-se em cursar a disciplina Educação, Cultura e Diversidade no sexto período do curso de Pedagogia, nas experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado, no qual pude observar lacunas e ausência de práticas que contextualizassem o ensino da História Africana e afro-brasileira de maneira que o aluno pudesse aprofundar-se e compreender o porquê, e de que maneira deu-se a chegada dos negros ao Brasil. Lacunas, também, no que diz respeito a falta de materiais didáticos que envolvessem a temática, tendo em vista que tal questão só é lembrada no dia vinte de novembro.

É nesse sentido que percebo a necessidade dos alunos conhecerem o lado da história dos afro-brasileiros e africanos, em aspectos culturais, sociais e religiosos para compreenderem assim os valores que os povos negros têm. Desta forma, é necessário que seja trabalhado no âmbito escolar, histórias de um povo que ainda muitos desconhecem, para que através de novos conhecimentos possam formar novos conceitos. Compreendendo que o Brasil é um país formado por diferentes povos, que trazem consigo uma grande diversidade de cores, de culturas e costumes. Desta forma, promoveremos a desmitificação e poderemos romper com parte do preconceito e, isso só será possível através de uma educação que possa se estender a esse trabalho tão importante.

Com base nessas observações, o objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar o ensino de história da África nos anos iniciais do ensino fundamental como instrumento de formação e valorização do negro e, tendo como objetivos específicos: refletir sobre as contribuições culturais do povo africano para o povo brasileiro; compreender a importância do estudo da cultura africana nos anos iniciais do ensino fundamental; identificar o processo histórico e legal culminante ao ensino de história africana e afro-brasileira e reconhecer a relevância da formação docente mediante ao estudo da História da África para um trabalho de qualidade.

Rever conceitos sobre a questão étnico-racial para enfrentar os possíveis conflitos existentes em sala de aula exige formação inicial e continuada de qualidade para os professores. Assim sendo, a relevância acadêmica e social deste trabalho será com o efeito de poder contribuir como um material teórico e pedagógico que sirva de estímulo para professores e para outros pesquisadores de maneira a buscar novas formulações de conceitos para práticas atuantes e relevantes na história da sociedade.

Destarte, o desenvolvimento do trabalho está organizado em três partes. A primeira denominada “O trabalho com o ensino de história africana e afro-brasileira sob um olhar panorâmico”, aborda as questões de historicização do negro no Brasil e no mundo, tratando-se de um resgate literário acerca da história do negro, a partir de uma breve discussão acerca de sua história na África; a trajetória da vinda ao Brasil e o processo de escravidão e exploração da mão de obra, bem como a resistência por direito e igualdade. Nesta parte ainda temos os aspectos históricos e legais do ensino de história africana e afro-brasileira, abordando uma revisão histórica das políticas de atendimento aos direitos do negro, as conquistas das leis que amparam os direitos igualitários, tendo a educação como a principal arma para fazer valer suas conquistas. E, ainda, os limites e possibilidades da formação docente para um trabalho com a história africana e afro-brasileira.

Numa segunda parte temos os procedimentos metodológicos da pesquisa, no qual são evidenciados os caminhos percorridos para culminância deste trabalho final. Logo após temos a parte de análise dos dados, intitulada “Discussão do ensino de história africana e afro-brasileira na perspectiva docente”, a qual apresenta os resultados e discussões acerca do fenômeno estudado, no que diz respeito ao processo de efetivação do ensino da história africana e afro-brasileira e seu amparo a partir da Lei 10639/03 e o entendimento dos professores a cerca do novo cenário educacional.

2 O TRABALHO COM O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA SOB UM OLHAR PANORÂMICO

Para compreendermos a complexidade do trabalho com o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana é necessário que tenhamos um olhar panorâmico e atencioso sobre as informações iniciais que temos em relação ao lugar do negro no território brasileiro e as bases históricas e legais deste no Brasil e no mundo.

Falar do ensino da história africana e afro-brasileira na atualidade, ainda é um desafio, ressaltando que a temática sempre que é lembrada nas aulas de história é com fatores negativos como a escravidão, fome, guerras, doenças. Percebe-se, ainda, nos dias atuais, que o ensino de história africana e cultura afro-brasileira ainda vêm sendo pouco abordado, deixando lacunas no que diz respeito a novas leituras sobre a importância do povo africano antes e após sua chegada ao Brasil. Pouco se fala da história da África, e dos africanos na contribuição em importantes áreas, como por exemplo: social, econômica, política e cultural na constituição da sociedade brasileira.

Evidenciar a diversidade cultural e promover ações que envolvam toda a comunidade escolar, bem como outros espaços sociais exige do docente ir além do laboratório da sala de aula, se prontificando a ser um pesquisador das diferentes culturas e raças existente no Brasil.

Segundo Chagas (2017, p.3), “Apesar da obrigatoriedade legal de as escolas da educação básica oportunizar o ensino de história e cultura afro brasileira e africana, esse conteúdo nem sempre se faz presente no cotidiano da sala de aula, mantendo-se ausente do currículo escolar.” Ainda existe resistência e um distanciamento do que está prescrito na Lei, com a realidade de algumas escolas efetivarem o reconhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira. (DIAS; CECATTO, 2015).

Nesse sentido, Lopes (2015, p.3) diz que:

A falta de informação e formação que auxiliem o professor sobre determinadas questões envolvendo o ensino de história da África, corroboram para que a implementação da lei se tornasse ainda mais distante das salas de aulas. É necessário ressignificar os saberes docentes no que tange a questão do ensino da história e cultura afro-brasileira, aos professores [...] repensar sua formação a partir de sua própria prática pedagógica.

É importante que o professor insira em suas metodologias práticas referentes ao ensino da história, que contribua para a formação de um cidadão consciente, crítico, e que respeite e valorize as diferenças e diversidades culturais. Havendo necessidade de novas abordagens, reflexões e ações que possam desconstruir estereótipos existentes ainda nas escolas, transpassando os muros e refletindo no meio social. Corroborando, assim, Chagas (2017, p.02) enuncia que “a efetivação da educação étnica racial revelou a necessidade de o/a professor/a constantemente refletir sobre sua prática, rever o currículo escolar, material didático, ter acesso a discussão historiográfica recente o que lhe possibilitará rever novas abordagens em sala de aula.”

Mediante o exposto, faz-se necessário analisar as práticas pedagógicas que vêm sendo realizadas no contexto escolar, a partir de uma crítica as metodologias que não se apropriam do conteúdo aqui discutido. Desta forma,

[...] A educação brasileira poderá lançar mão de alguns princípios fundantes, concepções filosóficas da matriz africana, [...] incorporando-os como constituinte do processo educativo. [...] constituir uma pedagogia que possa realmente contemplar os valores civilizatórios brasileiros (ROCHA; TRINDADE, 2006, p. 59).

Fazendo-se necessário uma revisão não apenas por parte do docente, mas de toda comunidade escolar, gestores e coordenadores pedagógicos, a fim de estabilizar no currículo oficial ações pertinentes, que efetivem a história africana e afro-brasileira. Desse modo, “[...] é imprescindível uma mudança na postura por parte dos educadores das escolas públicas. Carecem-se preparar para se instrumentalizar e garantir a consolidação da temática nas salas de aulas.” (LOPES, 2015, p.6). Nesse sentido, Chagas (2017, p.2) comenta que “[...] a relação da escola com a história do continente africano ainda é de distanciamento, ou seja, ainda é caracterizada pela pouca intimidade, por parte de docentes e discentes com a história e cultura africana.”

2.1 Breve historicização do negro no Brasil e no mundo

A exploração e escravidão dos povos africanos deu-se bem antes do aparecimento dos escravos pelos portugueses para o Brasil. O tráfico de escravo era um comércio de grande investimento na África, fazendo desse um procedimento bastante comum e tomando maior

proporção de maneira mais ampliada com a chegada dos europeus aos países africanos. Expandindo mais ainda o comércio da escravidão e aumentando de maneira lucrativa para os europeus.

Já existia na África uma escravidão interna, na qual os mais fracos eram dominados pelos mais fortes, de modo que os negros eram mantidos como escravos pelos próprios países africanos. Além do domínio sobre os mais fracos, fatores sociais, políticos, guerra entre os próprios estados, fome, rapto de mulheres, crime ou dívida não quitada, eram os principais motivos que contribuíram para os negros serem escravizados por seus próprios descendentes. Eram capturados nas florestas e mantidos em cativeiros para serem comercializados no mercado africano (MATTOS, 2007). Ainda segundo o autor,

Antes do século XV, quando os europeus ainda não tinham estabelecido relações comerciais na bacia do Atlântico e no oceano Índico, os escravos eram utilizados no interior das sociedades da África Subsaariana, como concubinas, criados e soldados além de ser uma das principais mercadorias de exportação para o deserto de Saara, mar vermelho e oceano Índico (MATTOS, 2007 p.65).

Nesse sentido, o comércio escravista deixa de ser um simples comércio local e passa a ser uma atividade bastante lucrativa, fazendo assim com que o interesse dos europeus fosse o fortalecimento do tráfico humano, “com intuito de garantir essa larga escala para a exportação é que adotou o trabalho escravo. Por outro lado a utilização do escravo africano como mão de obra enquadrava-se no sistema mercantilista do tráfico negreiro” (MATOSS, 2007, p.64).

Logo após os portugueses terem contato com o comércio escravista, buscaram aumentar suas ações econômicas, com o intuito de tornar maiores os lucros, compreendendo a escravidão como uma chance para expandir seus negócios. Isso deu início a expansão desse comércio, no qual os negros de maneira desumana eram transportados para o Brasil. Os africanos eram transportados em grandes embarcações, onde homens, mulheres e crianças eram submetidos a condições de maus tratos, amontoados uns sobre os outros. Torturados tinham uma alimentação insuficiente, na medida em que junto com os maus tratos muitos morriam durante a viagem, tendo seus corpos lançados ao mar. Dessa maneira:

O sistema escravista foi responsável pela violência em que os negros africanos foram submetidos, atribuindo a eles um valor para compra e venda. O sistema recorria a todo mecanismo possível para coerção, violência física,

violência psicológica e diversos tipos de humilhação, inclusive sendo assassinados em nome dessa ordem. (FREITAS, 2012, p. 118).

No entanto, após a chegada dos escravos, a situação do negro no Brasil passa a ser atribuída a muitas jornadas de trabalho, sendo submetidos ao escravismo criminoso e passando por uma rotina árdua de trabalho. Segundo Mattos (2007) o escravo não foi utilizado apenas nas grandes propriedades agrícolas destinadas à exportação. A mão-de-obra escrava, inclusive africana, era aproveitada em diversos setores econômicos.

A chegada do negro ao Brasil modificou a sociedade brasileira, pois o negro trouxe consigo uma “diversidade de conhecimentos que nutriu a matriz cultural africana na formação da cultura brasileira.” (JUNIOR, 2005, p. 266). Nesse sentido, muito do que o Brasil é hoje é fruto dessa diversidade que acompanha todo o processo da sociedade dos dias atuais e, é pelo o direito de lutar pelos seus valores que o negro resistiu mediante as injustiças que seu povo sofria. Ainda segundo Junior (2005, p. 265):

Nada mais adequado para apresentarmos a história do afro descendente pela luta pela liberdade do que os quilombos, desde palmares [...] os quilombos são apresentados como uma instituição política africana da região banta, repensados na realidade brasileira como uma alternativa de organização social ao escravismo criminoso.

Essa organização social foi uma forma de resistência à escravidão e razão para lutar contra todas as formas de injustiças. Uma maneira de unir-se para conquistar respeito e dignidade. Embora em meio a muitas conquistas e direitos que os negros obtiveram, durante os movimentos sociais, tendo como um dos mais atuais a Lei 10.639/2006 enquanto maneira de viabilizar os negros na sociedade, ainda existe, com base na cultura, uma carga preconceituosa ao se falar do negro em sociedade, uma vez que essa foi fundada nos pressupostos já supracitados. Assim, faz-se necessário repensar o papel desse povo em nossa sociedade e, para tanto, é indispensável o conhecimento sob as bases legais, o qual será desenvolvido no tópico seguinte.

A luta do negro por viabilidade e espaço que valorize, respeite, que o aceite como um ser humano que é protagonista também da construção da sociedade, vêm se estendendo por séculos, quando grupos que fortaleciam os movimentos sociais se reuniram para fazer valer o direito que lhe foi concedido. Logo após terem sido libertos da escravidão, sendo essa a primeira conquista que os negros conseguiram, os movimentos sociais fizeram valer alguns

direitos que asseguram o negro nas suas conquistas de cidadão. Embora o negro tenha conquistado muitas vitórias através das lutas per meio dos movimentos sociais, para fazer valer seus direitos, a realidade vivenciada pelo negro ainda é de incerteza no que diz respeito a sua aceitação na sociedade.

Ademais, referindo-nos a temática em estudo, podemos citar leis e resoluções que deram bases ao ensino sobre a história africana e afro brasileira, as quais são: A Lei do Ventre Livre nº 2040; A Lei Áurea nº 3.343, de 13 de maio de 1888; a LDB Lei nº 9. 9394 de 1996; Lei 10639/03; o PNE 2014-2024. Ainda assim, em meio a tantos avanços acerca das lutas da história do negro na sociedade e no desejo de resgatar e valorizar a construção da memória africana, de ser visto e tratado com igualdade, enquanto sujeitos de direitos igualitário, percebemos que essa é uma discussão que ainda torna-se invisibilizada. No Brasil, inúmeras questões precisam ser discutidas para que de fato a democracia possa estar assegurando a todos. Dessa forma, as referidas leis foram abordadas com o intuito de reconhecer a importância do ensino da história africana e afro-brasileira de maneira mais atuante, com uma forma de recontá-la. Para assim, contribuir com a história do negro enquanto construtor da sociedade brasileira.

2.2 Aspectos históricos e legais do ensino de história africana e afro-brasileira

Ao longo de toda trajetória do negro no Brasil, a luta por liberdade sempre foi uma das principais formas de resistência contra toda condição de escravidão pela qual os negros eram submetidos. Dessas lutas, foram surgindo algumas conquistas: a primeira foi à Lei do Ventre Livre também conhecida como “Lei Rio Branco”, que dava a liberdade a todos os filhos de escravas que nascessem a partir da publicação da referida. Esta Lei ainda não dava total liberdade aos negros, suas mães ainda permaneciam escravas de seus senhores. A Lei foi uma conquista pouco sucedida, mas a luta não parou por aí, sendo esta apenas mais um incentivo para não desistirem do sonho da liberdade. Nesse sentido a referida Lei diz:

Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 declara que a Princesa Imperial Regente, em nome de S.M O Imperador Senhor D. Pedro II faz saber a todos os cidadãos do império que a assembleia geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1º Os filhos de mulheres grávidas que nasceram no império desde a data desta lei serão considerados de condição livre. §1 os ditos filhos menores ficarão em poder e sob autoridade dos senhores de suas mães as,

quais terão obrigação de cria-los e trata-los ate oito anos de idade. (BRASIL, 1871)

Embora a conquista da Lei 2040/71 não tenha sido uma conquista em prol de todos os escravos da época, trazendo poucos benefícios a estes, foi o primeiro passo dado em busca de uma liberdade tão sonhada, que deu acesso a outras conquistas e uma delas foi a Lei Áurea, lei abolicionista que deu liberdade a todos os escravos da época e representou um marco. Esperança na vida daqueles que por muitos séculos foram submetidos a viver em cárcere privado, pois não tinham o direito de decidir por si só.

A Lei Áurea, outorgada pela princesa Isabel, regente da monarquia em nome do Império, promulga a Lei nº 3.343, de 13 de maio de 1888, declarando extinta a escravidão no Brasil, preconiza no seu Art. 1º que “É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.” Embora sendo uma importante conquista, a Lei Áurea extinguiu a escravidão, porém os negros libertos tiveram dificuldades de integrarem-se em uma sociedade na qual o capitalismo dominava as áreas sociais. Os libertos não tiveram oportunidade de direitos de igualdade, sendo assim, os negros passam a ser vítimas de discriminação, preconceitos e racismo. Uma herança cruel que se arrasta no Brasil até os dias atuais.

Nessa perspectiva, os senhores não tinham mais nenhuma responsabilidade com o escravo liberto e, não estando acostumados com as formas de trabalho assalariado era uma novidade esse novo ritmo de vida. Lima (2009 p.3) reforça que “Depois da abolição, não tinham sido imposta nenhuma forma de segregação, aos ex-escravos [...] não lhe sendo possível conseguir trabalho para atender as suas necessidades de sobrevivência.” A sociedade não os acolheram como relata em sua obra Florestan Fernandes no livro a sociedade brasileira na integração de classes em seu primeiro capítulo, no qual diz que:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a distribuição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o estado, a igreja ou qualquer instituição assumissem sem encargos operacionais, que tivessem por objeto prepara-los para o novo regime de organização de vida e do trabalho. (FERNANDES, 1995, p. 14)

Percebe-se então, que a Lei Áurea, embora tenha dado aos escravos a carta de alforria, deixou lacunas que perpetuam na história do negro, no que diz respeito ao racismo e a

discriminação social, bem como o descaso enquanto sujeito de direitos e valores. Nesse sentido, Augusto e Toniosso (2015, p.185) reforçam que “[...] a população negra sempre esteve nas margens da sociedade brasileira e mesmo após a abolição não recebeu apoio necessário para ser incluído no exercício da cidadania”. A Lei foi mais uma manobra para a inviabilidade da escravidão, na qual os negros deixaram de serem escravos de seus senhores, mas tornaram-se escravo da sociedade.

E as lutas por inclusão não pararam por aí, os movimentos sociais foram tomando espaço e força para conquistar outros direitos, principalmente o direito a educação vista pelos movimentos como uma possibilidade de acesso e integração no meio social, político e econômico. Sendo assim, uma oportunidade de reparar tanto danos causados durante tanto tempo na caminhada do negro no Brasil.

No percurso das batalhas enfrentadas pelos movimentos sociais, vitórias foram sendo somadas na trajetória das lutas e na vida dos negros no Brasil e, no que diz respeito a tais direitos é que a Constituição Federal Brasileira nos atributos legais, do seu Art.215, diz que:

O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura social, e apoiara e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígena afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação das datas comemorativas sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual: visando ao Art.215 [...] (BRASIL, 1988, p.163)

Desse modo, o movimento negro mostra-se de grande relevância nesse processo, de modo que com o passar de algumas década foi marcado por grandes lutas acerca da conquista por igualdade, educação, direito, liberdade e reconhecimento da história dos afros-brasileiros como cidadãos que trilharam um percurso doloroso para contribuir com Brasil de hoje. Esses movimentos sociais foram de fundamental importância para a população negra conquistar um espaço que viesse a ser visto como protagonista da sua própria história.

Segundo Dias (2005, p.54)

O movimento social negro atua intensamente no centenário da abolição da escravatura. Ocorrem eventos no Brasil inteiro, são publicadas pesquisas

com indicadores sociais e econômicos demonstrando que a população negra está em piores condições que a população branca [...] constroem-se com isso novos argumentos para romper com a idéia de que todos são tratados do mesmo modo no Brasil.

A luta dos movimentos sociais negro é pela viabilidade no que diz respeito a direitos que possibilitem a igualdade em todos os setores sociais, tendo o campo educacional um forte mecanismo para romper com o preconceito e qualquer forma de discriminação, sendo que para isso, faz-se necessário resgatar e garantir o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira como possibilidades de extinguir as desigualdades sociais, conforme nos mostra a Lei da igualdade racial nº 12.288, de julho de 2010:

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração.

E no que diz respeito a isso, Gomes (2012) diz que esse movimento é o conjunto de muitas vozes, atores e ideias que resistiram a toda e qualquer forma de preconceito, os quais sempre lutaram por oportunidades de direitos, espaços que viabilizassem a questão étnico-racial, no desenvolvimento de uma educação antirracista, acessível, nos quais todos fossem reconhecidos na sua diversidade e sendo tratados igualmente como sujeito de direitos. Ainda segundo Gomes (2011) “a educação um direito social tendo como competência a construção da autonomia do sujeito é compreendida como parte do processo de formação humana.” (p. 132)

Durante todo o percurso da trajetória do negro e as conquistas almeçadas, os movimentos sociais ganharam força para continuar a lutar por direitos que valorizassem a cultura, as crenças, os valores e os costumes de forma intensa e efetiva nos currículos das

escolas básicas, buscando romper com o único tipo de história apresentada que é a do branco, na qual a africana é apenas lembrada nas datas comemorativas.

A história africana ainda é bastante limitada no espaço escolar, no entanto, precisa ser recontada ao aluno sem fragmentos, de modo que o conhecimento que se tenha a respeito não retrate apenas o lado negativo, mas que seja evidenciado o lado positivo. Que diz respeito as contribuições desse povo para a formação da nação brasileira, com a finalidade de desfazer a visão negativa que se tem da África, o preconceito e discriminação sofrida pelos africano e afro-descendente. Já o fortalecimento dos movimentos sociais é por políticas afirmativas de combate ao racismo e discriminação, que repare os danos causados na vida desse povo, que com sua mão de obra contribuiu para o crescimento em todos os setores da sociedade brasileira.

Dessa forma, essas políticas têm como pressuposto a garantia dos direitos dos negros, reconhecendo seu valor cultural e individual, expressando assim a necessidade desse reconhecimento. Outorgando, enquanto Lei, a imprescindibilidade do ensino da cultura africana e afro-brasileira, desta maneira destaca-se a LDB, Lei nº 9.394/1996 a qual corrobora que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

O objetivo dessa legislação é de garantir à obrigatoriedade da inclusão do ensino de história africana e afro-brasileira nos currículos oficiais das escolas públicas e para a valorização da identidade africana, considerando essencial a temática para refletir sobre a relevância dos africanos escravizados, podendo analisar as mudanças após sua chegada ao Brasil, tais como costumes, cultura, crenças e valores. Direito esse garantido pela legislação em busca de visibilidade da história dos africanos, desconstruindo a visão que se tem do negro

no Brasil e construindo uma educação de igualdade para todos. Na medida em que espaços foram sendo ampliados para a implementação dessa Lei, atualizações foram sendo necessárias para a efetivação de forma mais rigorosa e eficaz.

Nesse sentido é que a Lei 9.394/96 alterada pela Lei 10639/03 identifica a invisibilidade de conteúdos relacionados a elementos efetivos que tratem da cultura africana e afro-brasileira e, para isso, vem estabelecer diretrizes para a educação, fazendo-se necessário a obrigatoriedade de incluir nos currículos de escolas públicas e privadas a efetivação da história africana e afro-brasileira, a incorporação de materiais didáticos que deem relevância a história e a superação de atitudes racistas. De modo que esse ensino seja, também, incorporado de maneira interdisciplinar, sendo possível trabalhar esses conteúdos em outras áreas do conhecimento, e tendo como proposta valorizar a cultura africana em nossa sociedade, a partir da narrativa de outras histórias sobre o negro enquanto sujeito de valor, luta, conquistas. Ou seja, aquilo que de positivo tem a história africana e que torna-se invisibilizada.

Nessa perspectiva “a Lei 10639/2003 pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para ser tratada do mesmo valor dos outros povos que aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social”. (FERRAZ, 2011, p. 20). Sendo assim, esta Lei é um reconhecimento às diferenças existentes, na maneira como é contada a história africana, há uma possibilidade de romper com um único modo de história - a eurocêntrica - dando oportunidade de serem contados os dois lados e valorizando, assim, nossa diversidade.

Segundo J. Aguiar; F. Aguiar (2010, p.95)

A Lei 10639/03 proporcionou uma transformação importante e necessária na educação brasileira, resultando num processo de revisão de conteúdos e posicionamentos sobre a história do negro [...] proporcionando um incentivo na construção de propostas para projetos enfatizando esta temática em sala de aula.

A efetivação dessa Lei é uma conquista importantíssima que dá a oportunidade da história africana e afro-brasileira ser recontada de maneira que possa possibilitar aos alunos um novo olhar social sob esta temática, com menos preconceito e discriminação. Essa aprovação, fruto de longa história de lutas pelo reconhecimento e pela reparação das desigualdades entre populações brancas e negras no Brasil, é vista como marco do avanço no

tratamento da questão do ponto de vista governamental e legal [...]” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017, p.3).

Ribeiro (2012, p.03) aponta que:

A Lei 10.639/03 é uma resposta ao movimento negro, que reivindicou junto aos órgãos competentes o direito a uma educação equitativa para a população negra. Sobretudo, quando a omissão no currículo escolar se configura como discriminação racial, ao supor a homogeneidade da escola e, assim, torna invisível a população negra e sua cultura. De modo que, o potencial da Lei é desmistificar e desmentir a história que sempre fora veiculada pelos currículos oficiais, questionando ideologias de dominação que por séculos fazem parte do ideário brasileiro, possibilitando que alunos negros construam uma identidade positiva sobre si e sua etnia.

Embora tais lutas tenham efetivado a obrigatoriedade dessa temática nos currículos oficiais, tanto da escola pública quanto privada de forma mais atuante, o cenário ainda é um pouco omissivo quando refere-se a falar das questões étnico-raciais. Para Dias (2005, p.50) “Apesar da importância e diversidade dos trabalhos sobre racismo e educação, ainda faltam muitos aspectos a serem desvendados, diante da complexidade das relações raciais brasileiras e da forma pela qual o racismo se expressa na escola.”

Nesse sentido, embora esse ensino ocorra de forma lenta, o Plano Nacional de Educação (PNE) reforça a importância da inclusão da história do negro, elaborando em seus respectivos artigos estratégias que possam contribuir para uma educação que vença toda e qualquer forma de desigualdade educacional e visando, também, promover ações relevantes para uma educação de qualidade que envolva todo contexto escolar.

O PNE, Lei nº 13.005 de 25 de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação para um ensino de qualidade, abrangendo aspectos importantes para a efetivação dos direitos garantidos por ela e que faz valer uma conquista importante, em seu “Art.2º estabelece na diretriz III a “Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. E ainda na estratégia 7.25 afirma:

Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileiras e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das leis nº 10639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fórum de educação para a

diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil (BRASIL, 2014).

O PNE é uma forma de articulação para a implementação da Lei 10639/03, ou seja, uma aproximação para uma visão multicultural na perspectiva crítica, que corrobora com as metas estabelecidas (OLIVEIRA; LIMA, 2015), constituindo-se um avanço nas Diretrizes Educacionais, uma vez que, conforme evidencia Hypolito (2015, p.531) “O PNE [...] pode ser perseguido com avanços para a educação pública se houver atuação que empodere as ações políticas dos docentes e dos movimentos sociais progressistas, no sentido de fazer valer os pontos estimulantes e motivadores para a melhoria da educação”.

No entanto, a formação profissional do professor é de bastante relevância para que venha ser cumprido nos currículos aquilo que de fato estabelece a Lei. Não basta, apenas, falar da história africana, mas sim desenvolver políticas de ações afirmativas incluindo novos conteúdos acerca da temática em discussão. Para que o aluno tenha a compreensão de todo processo de escravidão sofrido pelo negro e estimulando, assim, o respeito e reconhecimento da história de vida, fazendo com que o ensino da história africana desconstrua preconceitos e desigualdades sofridas pelos povos africanos e afro-descendentes, Desse modo, no tópico seguinte adentraremos um pouco sobre as dificuldades formativas e práticas de professores acerca de trabalhar com a história africana.

2.3 Limites e possibilidades da formação docente para um trabalho com a história africana e afro-brasileira

A Lei 10.639/03 tornou obrigatório incluir nos currículos escolares a história africana e afro-brasileira. No entanto, cumprir apenas o que determina a Lei não é o suficiente para acabar com o preconceito e discriminação racial, que de maneira mascarada ainda perpetuam na sociedade brasileira.

A educação é uma das estratégias e principal ferramenta para romper com atitudes preconceituosas. Porém, para tornar possível a inclusão da Lei faz-se necessário uma formação bem estruturada, pensada para corroborar com novas atitudes de reflexão na mudança do ensino, de modo a desconstruir atitudes racistas, fazendo com que não se veja a Lei apenas como uma obrigação, mas ressaltando a temática como uma necessidade de transformação importante para a formação do indivíduo em meio a uma pluralidade de

diversidade cultural e, somada as experiências dos africanos e afro-descendentes para a formação de uma sociedade diversa.

Diante da qualificação dessa formação como base é que Santiago, Almeida, Augusto et al (2015) apontam que “O educador de forma geral precisa estar preparado [...] buscar o conhecimento, se atualizar, ler, respeitar os saberes dos alunos, pesquisar questionar para poder repassar e construir conhecimentos com seus discentes” (p. 1242). Para trabalhar com as questões raciais cabe ao professor fazer uma releitura da proposta de ensino que ele efetiva em sala de aula, incorporando novas metodologias, aprimorando o hábito das leituras e implementando ao seu repertório novas pesquisas para transformar a dinâmica em sala de aula.

Fontenele e Silva (2015) nos direcionam a um olhar panorâmico no qual “cabe a escola: a responsabilidade de eliminar a visão reduzida e muitas vezes distorcidas com que são tratadas as contribuições de negros” (p. 5). Os teóricos evidenciam a relevância de todos os atores envolvidos no processo de ensino discutirem e refletirem a respeito da cultura africana, contribuindo, assim, para o rompimento dos preconceitos enraizados socialmente e consolidando um ambiente de respeito a diversidade (FONTENELE; SILVA, 2015).

Implementar políticas educacionais que visem uma educação de qualidade em consonância a uma sociedade mais democrática, faz parte dos desafios contemporâneos à educação, de modo que “traduzir a legislação em conteúdos da formação e do ensino ainda constitui um desafio a ser enfrentado pelos atores da comunidade escolar, especialmente no que se refere à formação, às condições de trabalho e à prática pedagógica” (SILVA; SANTIAGO, p. 64). Embora muitas leis tenham sido incorporadas, pensar nas bases em relação as questões étnico-raciais, nas quais se fundamentem a Política Nacional de Educação brasileira, ainda constitui-se um desafio, a exemplo a lei 10.639/03, anteriormente citada, pois, conforme nos mostra, Nascimento e Santos (2016) “ainda estamos distantes de conferir sua efetiva implementação e efeitos positivos nas relações sociais, uma vez que a sociedade continua reproduzindo um discurso racista e preconceituoso” (p. 4).

Esse contexto educacional impulsiona que o profissional da educação busque estar preparado para exercer de forma qualificada seu papel no processo educativo, conduzindo-se em busca de formação que lhe dê base para inserir em sua metodologia a diversidade da cultura africana e afro-brasileira para a formação da identidade dos povos brasileiros. Assim, o ensino de história e cultura africana “conduz os professores a aprofundar seus conhecimentos a respeito da temática [...] mobilizando a busca de novas formas de ações para desenvolver o trabalho em sala de aula” (NASCIMENTO; SANTOS, 2016).

Conforme Gatti, Bernardo e André (2011), o Brasil encontra distante de uma implementação de qualidade educacional em relação ao supracitado, uma vez que vários fatores prejudicam e interferem nessa situação.

A contribuição da escola para a mudança do padrão de relações étnico-raciais no Brasil está em transmitir o conteúdo do patrimônio histórico cultural dos grupos étnico-raciais e negros (FAZZI, 2006). Nessa perspectiva, “[...] Percebemos que existe uma necessidade enorme de formação específica para os docentes para que a lei seja realmente apropriada, com a necessidade de conhecimentos específicos, seja na formação inicial ou continuada” (DIAS; CECATTO, 2015, p. 290). No entanto, só a efetivação da Lei 10639/03 não é o suficiente para que docentes tenham um olhar que contemple a história africana e afro-brasileira, faz-se necessário repensar a temática para aprimorar práticas que valorizem a participação dos negros para formação do povo brasileiro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Diante do exposto tivemos o intuito de responder o seguinte problema de pesquisa: de que forma o ensino da história da África e afro-brasileira está sendo trabalhada em sala de aula? E de que modo tal questão reflete no olhar que temos sobre o negro no Brasil?

Sabendo disso, tivemos o objetivo geral de analisar o ensino de história da África nos anos iniciais do ensino fundamental como instrumento de formação e valorização do negro e, os objetivos específicos de refletir sobre as contribuições culturais do povo africano para o povo brasileiro; compreender a importância do estudo da cultura africana nos anos iniciais do ensino fundamental; identificar o processo histórico e legal culminante ao ensino de história africana e afro-brasileira e reconhecer a relevância da formação docente mediante ao estudo da História da África para um trabalho de qualidade.

3.1 Caracterização do *locus* da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola pública estadual localizada na cidade de Cajazeiras PB. A escola oferece o Ensino Fundamental I (manhã e tarde) e a Educação de Jovens e Adultos a noite. A estrutura física da escola está dividida entre 05 salas de aula, 01 diretoria/secretaria, 01 biblioteca improvisada no pátio, 01 sala de informática, 01 refeitório, 01 cozinha, 01 depósito, 01 dispensa, 01 pátio interno área coberta, 01 área externa descoberta, 01 área verde, 01 área descoberta para recreação e 04 banheiros.

O quadro de funcionários da escola é ocupado por 39 pessoas entre gestora (01), co-gestor (01), secretário (01), professora 1º ao 5º ano (08), Professor EJA 1º seguimento (05), Professora AEE (02), Professora readaptada (03), auxiliar de secretaria (01), auxiliar de serviços (03), Merendeiras (02), apoio a informática (02), auxiliar de biblioteca (02), inspetor de alunos (03), porteiros (02), vigilantes (02), apoio pedagógico (01) e coordenador pedagógico (01). Desses funcionários, 3 possuem ensino fundamental completo, 4 ensino fundamental incompleto, 9 ensino médio, 15 ensino superior, 9 especialização e 1 mestrado.

3.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

A pesquisa sendo realizada em escola estadual da cidade de Cajazeiras PB, teve como sujeitos, professores que atuam nessa escola nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A amostra da pesquisa será composta por cinco professores das referentes áreas de atuação.

A primeira entrevistada foi à professora do primeiro ano, 51 (cinquenta e um) anos, leciona na rede estadual de ensino há vinte e quatro anos, graduada em Pedagogia com especialização em Metodologia do Ensino. A segunda entrevistada da pesquisa foi a professora do segundo ano, 45 (quarenta e cinco) anos, graduada em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia, atua na área da educação há onze anos. A terceira entrevistada foi a professora do terceiro ano, 43 (quarenta e três anos), terminou o pedagógico, formação acadêmica em Pedagogia, leciona na área da educação há vinte e três anos. A quarta entrevistada, a professora do quarto ano, 38 (trinta e oito) anos, formada em Pedagogia ensina na área da educação há onze anos. A quinta entrevistada, a professora do quinto ano, 48 (quarenta e oito) anos, formada em Pedagogia, especialização em Metodologia do Ensino e Ciências da Educação, com mestrado em Ciências da Educação atua na área da educação há vinte e quatro anos.

Vale ressaltar que a coleta dos dados aqui apresentados deu-se através de um questionário de caracterização¹ aplicado com as participantes da pesquisa.

3.3 Tipo de pesquisa, instrumentos e análise dos dados

Este estudo consiste em uma pesquisa com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é um

[...] tipo de pesquisa que descreve a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisando a interação de certas variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos experimentados por grupos sociais (FÁVOLI; BLOGOSLOWSK; FACHI, 2010, p. 32).

A pesquisa qualitativa fornece subsídios para o pesquisador ter acesso ao fenômeno estudado, de modo a compreender com maior ênfase a realidade dos sujeitos pesquisados.

¹ Apêndice B.

Acerca dos procedimentos, esta pesquisa constituirá em uma pesquisa de campo, na qual “[...] o campo, na pesquisa qualitativa, como recorte espacial no que diz respeito à abrangência em termos empíricos, de recorte teórico correspondente ao objeto de investigação” (MINAYO, 2006, p. 63), ou seja, permitirá ao pesquisador uma intimidade da realidade que envolve os atores da pesquisa.

Para coletar os dados no campo empírico, foram utilizados um questionário de caracterização para conhecimento do perfil dos entrevistados e uma entrevista semiestruturada². Antes da aplicação da entrevista foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido³, para garantir a confidencialidade dos sujeitos da pesquisa.

Minayo, (2006, p. 64) ressalta que a entrevista semiestruturada é uma:

[...] Entrevista, tomada no sentido amplo da comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico. [...] tem o poder de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vista o este objeto.

Essa técnica permite ao pesquisador obter informações mais detalhadas acerca dos aspectos mais relevante do problema em estudo, possibilitando uma maneira mais apropriada de investigação.

Por se tratar de uma pesquisa do tipo qualitativa foi feito o uso da técnica da análise de conteúdo do tipo temática, método esse que parte da interpretação dos dados coletados, através da descrição de temas.

A técnica de análise de conteúdo “trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características [...] e extrair os momentos mais importantes” (RICHARDSON, 2010 p. 225). Esse procedimento permite ao pesquisador fazer uma leitura com maior ênfase acerca da fala dos entrevistados possibilitando uma compreensão acerca do objeto de estudo. Ainda segundo essa análise Bardin (1979, p. 31) afirma ser “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]”. É um procedimento minucioso que exige atenção, cuidado do pesquisador para detectar com clareza detalhes importantes a cerca dos dados da pesquisa analisando as falas dos entrevistados na sua

² Apêndice C.

³ Apêndice A.

totalidade, no intuito de melhor organizar o procedimento analisado e compreensão dos dados coletados.

A análise temática trabalha com a noção de tema, o qual está ligado a uma afirmação a respeito de determinado assunto; comporta um feixe de relações e pode ser graficamente representada por meio de uma palavra, frase ou resumo (GERHARD, et al, 2009, p, 84).

Após a aplicação das entrevistas foram feitas as transcrições das gravações realizadas junto as participantes, como forma de dar uma maior fidedignidade aos dados coletados na pesquisa. Desse modo, após as transcrições foram realizadas leituras dos dados possibilitados através da entrevista, como uma forma de identificar e elaborar as categorias de análise que deram resultado a este trabalho.

4 PRÁXIS DOCENTE E O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

O ensino de história africana e afro-brasileira nos anos iniciais do Ensino Fundamental é mais uma conquista almejada pelo movimento negro mediante muita luta, que ao longo de muito tempo resiste contra qualquer forma de discriminação e preconceitos. Uma luta para a efetivação da temática em estudo como possibilidade desse ensino ser um caminho a manter vivo seu patrimônio de riqueza cultural e, para resgatar a historicidade africana, no intuito de valorizar de forma contundente a viabilidade do negro nas diversas áreas das camadas sociais.

E embora essa temática tenha sido legalizada e ganhado espaço percebe-se mediante as fala dos professores entrevistados que o ensino da diversidade cultural na prática, não está sendo transmitido de maneira adequada, como obriga a Lei 10639/03, percebendo que todos os diálogos das professoras entrevistadas mencionam enfrentar dificuldades e, que o livro didático é um dos grandes desafios de efetivação da temática encontrada no laboratório da sala de aula, sendo abordado apenas na semana da consciência negra ou em alguns momentos que surgir questionamento e fatos de discriminação.

Nesse sentido, Betoli e Toniosso (2013), apontam que “por mais que o mundo contemporâneo seja diferente daquele da época dos escravagistas é necessário que seja questionado o fator da pluralidade cultural, pois ainda é possível perceber a luta pela igualdade” (p. 60). De acordo com o autor essa luta não pode ser esquecida e a conquista por espaços que viabilizem esse sujeito precisa estar sendo renovado dia após dia. Ainda mediante esse discurso é que Sewaldo (2015) ressalta que a escola tem um papel importante como um espaço de formação do sujeito, sendo um dos meios que favorecem o reconhecimento da diversidade cultural, pois nela os agentes interagem uns com os outros, possibilitando, assim, uma relação de convivência e sendo um fator primordial para a formação da identidade desse sujeito. Betoli e Toniosso (2013) ainda corroboram para reforçar que “A história e cultura afro-brasileira tem muito a oferecer [...] cabe a instituição escolar incentivar a abordagem em sala de aula”. No entanto, em todo o processo de desenvolvimento dessa pesquisa percebe-se que esse estudo ainda deixa lacunas e tem pouco espaço nas instituições, sendo trabalhado de maneira interdisciplinar em momentos específicos e na semana da consciência negra.

Nesse momento, de acordo com os dados coletados com a aplicação da entrevista foi feita uma análise acerca das falas dos professores a respeito do objeto de estudo, sendo, inicialmente, analisado o entendimento dos professores sobre o ensino africano e afro-brasileiro.

4.1 O ensino de história de forma inovadora e interdisciplinar: uma prática possível?

O ensino de história africana e afro-brasileira após a obrigatoriedade da Lei 10639/03 que obriga incluir esse conteúdo nos currículos de escolas pública e privadas, está ganhando espaço, embora um pouco lento, sendo trabalhado nas diversas áreas do conhecimento de maneira interdisciplinar. Contudo, essa temática articulada aos conteúdos poderá desenvolver um trabalho metodológico que favoreça um resultado significativo e essencial para a concretização de uma educação que promova a efetivação das relações étnico-raciais.

Nesse sentido Krumah (2006) diz que a interdisciplinaridade atenta para propor uma interação de ideias e metodologias que visão à inserção da temática nas diversas áreas do conhecimento, promovendo um ensino articulador e proporcionando sistematizar ideias e argumentos, interagir, dialogar, questionar sobre uma pluralidade cultural. Rompendo, assim, com barreiras preconceituosas e podendo mostrar outras faces da história articulada às diversas formas de resistências, lutas e conquistas por um espaço de viabilidade. Desse modo, “[...] o ensino de história e cultura afro-brasileira não se restringe a disciplina história [...] essa temática deve ser incorporada no e pelo cotidiano escolar nas diferentes disciplinas do currículo” (ALENCAR, et al, 2002, p. 46).

Krumah (2006) ressalta que para que essa proposta tenha viabilidade é imprescindível que a comunidade escolar esteja atenta para um planejamento que contemple os diversos temas. O qual proponha uma proposta de ensino que perceba a diversidade existente no contexto escolar, e o modo como podemos enxergar essa prática enquanto primordial.

No primeiro questionamento feito as professoras foi perguntado de que maneira na prática docente é enfatizado o ensino africano e afro-brasileiro. No que diz respeito a esse entendimento, as professoras evidenciam que:

[...] eu uso interdisciplinar porque é uma história que é da nossa história, mas que também é bem presente em tudo né [...] eu uso os próprios alunos pra falar dessa miscigenação [...] (Professora 4).

[...] costumo fazer a leitura, em cima da leitura ele será explorado a semana toda [...] conteúdo de África da disciplina história africana nos anos iniciais ele é interdisciplinar [...] porque as escolas apesar de ser lei, mas deixa muitos educadores a vontade [...] (Professora 2).

Então eu trabalho história de uma forma interdisciplinar, e com respeito às praticas pedagógicas do ensino de história (Professora 1).

As narrativas feitas pelas professoras retratam semelhanças no que diz respeito a tratar o assunto em outras áreas do conhecimento de maneira interdisciplinar, incorporando metodologias aplicadas para enfatizar o ensino da temática em questão no contexto escolar, no qual focam esse ensino mostrando aos alunos a mistura de raças que é formado o nosso País. Corroborando, assim, com o que nos diz os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), que nos versa sobre os conteúdos transversais, no qual esses devem ser trabalhados não apenas em disciplinas únicas, mas de forma articulada em todos os componentes curriculares, sendo esses o estudo sobre cultura e diversidade, incluindo assim a história afro-brasileira.

Nesse sentido Luck (1994) aponta que a interdisciplinaridade é um processo que envolve compromisso e empenho por parte dos educadores, para uma mudança nos currículos escolares, no qual possam englobar temas voltados para a realidade, que venham a superar a fragmentação do ensino, visando à formação integral dos alunos. Possibilitando, assim, aos mesmos serem cidadãos que exerçam criticamente sua cidadania, por meio de uma visão global, tornando-se capazes de enfrentar os problemas complexos da realidade atual.

Em relação a importância desse ensino no contexto da educação básica, essa perspectiva é apresentada pelas entrevistadas, quando enunciam que:

O ensino de história da África em sala de aula é importante para que a gente possa entender como se deu o desenvolvimento dos negros aqui para nós no Brasil. (Professora 1)

[...] porque nós vamos nos compreender enquanto sujeitos de matriz africana, nós vamos nos compreender enquanto cultura, enquanto religião, enquanto crença [...] (Professora 5)

Para as professoras entrevistadas é de fundamental importância que a história africana e afro-brasileira seja recontada no contexto escolar de forma clara e objetiva, para que todos tenham a compreensão da diversidade cultural que engloba todo o processo histórico do País. Nessa perspectiva Gois (2016, p.05) mostra que

[...] não há lugar melhor que o espaço escolar para desconstruir uma história fragmentada que tem de África e seu povo, tendo o professor como ator principal para protagonizar essa ideologia, desfazendo os mitos relacionados à mesma com o intuito de formar cidadãos crítico e reflexivo no contexto social [...].

Reafirmando essa ideia, Lima (2016, p. 17) aponta que na escola “pode se trabalhar o fortalecimento de identidades e de direito e que culmina com ações educativas de combate ao racismo e todo tipo de discriminação”. O contexto escolar é um dos alicerces para protagonizar uma educação favorável, para a construção de uma história embasada no reconhecimento do negro como um sujeito de história e, para que essa história possa ser favorável para a construção da identidade positiva desse sujeito.

Ainda buscando compreender mais acerca do ensino da história africana e afro-brasileira, buscou-se analisar os valores africanos discutidos no âmbito escolar como significativos para a identidade do negro, bem como se o livro didático utilizado apresenta temas relacionados ao ensino da história africana, que será abordado no tópico seguinte.

4.2 O livro didático enquanto ferramenta de (des)valorização da identidade negra

Ao questionar sobre a representação exposta em sala de aula sobre os negros, faz-se necessário refletir acerca de como os livros didáticos apresentam essa temática, onde esse pode se configurar enquanto ferramenta que valorize ou menospreze a cultura e identidade negra, uma vez que as intervenções e práticas docentes são pautadas em seus conteúdos. Silva (2005) aponta que o livro didático nos dias atuais, ainda é uma ferramenta valiosa e importante para nortear o trabalho dos professores acerca de temáticas trabalhadas no contexto escolar.

No entanto, acerca do fenômeno estudado, os professores entrevistados relatam que:

[...] os livros de histórias são sucintos demais sobre a questão do ensino da África [...] não tem aquele amplo assunto sobre a história da África. (Professora 1)

A escola não tem livro que fale, ou que retrate ou que mostre com clareza e eficácia a história da África [...] (Professora 3)

Bom, esse é um dos grandes problemas [...] nós não temos livros didáticos que nos ajude [...] o livro didático que a gente trabalha de história é muito resumido [...] (Professora 4)

Olha, o livro didático utilizado em sala de aula [...] ele deixa a desejar, é um livro que tem muitas falhas, coloca a História da África bem sucinta, bem restrita [...] não é tão prazeroso trabalhar com este livro porque ele não retrata verdadeiramente a História como era pra ser dita”. (Professora 5)

Diante desse questionamento, todos os participantes da pesquisa mencionam que o livro didático é um dos grandes problemas para a efetivação do ensino africano e afrodescendente em sala de aula, pois traz essa história de forma sucinta, restrita, apenas com imagens negativas do negro como escravo. Deixando de mostrar a resistência contra a maneira como eram tratados, as lutas, as reivindicações, conquistas, a trajetória e, que ao longo do tempo vieram ganhando espaço, direitos e valores.

Os livros não centralizam temas exigidos pelas diretrizes, ao ponto que mediante as falas percebe-se que embora o livro didático seja uma ferramenta importante de trabalho para o professor ele não contempla o que a Lei orienta. Desta forma os materiais didáticos ainda não estão preparados satisfatoriamente para atender a demanda da Lei, como ressalta Sewald (2015, p.424) quando diz que “[...] os personagens negros aparecem de maneira sucinta e em menor numero se comparando a personagens eurodescendentes, além de contribuírem para a construção de uma imagem negativa e de inferioridade na criança.”

Nesse sentido, Silva e Martins (2011) destacam que é reduzido e insuficiente o destaque inferido à contribuição cultural da população negra nos livros didáticos, sendo retratada a história de maneira caricatural, ou seja, omitindo as lutas que ao longo dos séculos foram fatores relevantes para viabilidade da história africana e afrodescendente. Desse modo, “[...] o livro didático não colabora para minimizar a inclusão do negro, pelo contrário continua sempre a lembrá-lo de que existe um lugar reservado para eles nos porões da sociedade” (SILVA; MARTINS, 2011, p.7), apresentando equívocos relacionados ao papel do negro, enfatizando a escravidão e deixando de transmitir mais sobre a cultura afro-brasileira.

As professoras, quando questionadas em relação a essa representatividade negra, discutida em sala de aula e a contribuição dessa discussão na formação da identidade negra do aluno, reforçam o pensamento com uma concepção do negro ligado ao trabalho escravo, trabalho braçal, incapacidade intelectual, inferiorizando o negro, conforme vemos a seguir:

O valor que nós sabemos que hoje a maioria dos negros só em ser negro a maioria já o taxa né de incapaz de pensar, isso a gente ver, então eu acho assim esses valor ainda esta sendo conquistado, mesmo sabendo que o negro ele procura dar o máximo (Professora 2).

[...] porque quando os negros vieram para o Brasil foi cultivado a cana-de-açúcar, café, e a questão da mão de obra que os negros trouxeram pra nossa cultura (Professora 3).

Desta forma, é necessário pensar de que forma essa reprodução está contribuindo significativamente, de forma negativa ou positiva para a identidade do aluno negro. De acordo com Chagas (2017) os valores civilizatórios são pertinentes e estão presentes na identidade do povo brasileiro, nos costumes, religião, dança, música e, nem sempre a escola se atenta para enxergá-los, de modo que essa realidade pode ser apontada no distanciamento e pouco acesso que os professores têm com o material didático. Almeida e Sanches (2017) ressaltam que os livros didáticos reforçam estereótipos e uma visão negativa a população negra, contribuindo, dessa forma, para reforçar o preconceito e discriminação camuflados pelas ilustrações apresentadas, minimizando a importância de ressaltar os valores contribuintes para a formação de uma identidade positiva do negro, para se reconhecer como sujeito de valor.

4.3 O descomprometimento ou desconhecimento da lei 10639/03 nos anos iniciais do ensino fundamental

A Lei 10639/03 propõe novos diálogos e uma visão panorâmica a respeito das contribuições culturais dos afrodescendentes, bem como amplia um olhar que valorize a diversidade cultural, objetivando, dessa forma, novas reivindicações e um convite a promover mudanças nos currículos das escolas públicas e privadas, com direitos assistidos a uma educação antirracista, comprometida com o reconhecimento da história africana e afro-brasileira. Uma educação que valorize sua relevância no palco das ações humanas, fazendo-se necessário mudança por parte da classe docente, de modo a analisarem, aprimorarem e organizarem suas metodologias no contexto educacional, bem como novos conhecimentos acerca dessa história, com a intenção de transformar o cenário educacional e desmistificando ações discriminatórias ainda existentes no espaço educativo.

Rocha (2005, p. 203) resalta que

Ao olhar a escola, a sala de aula, o educador comprometido com a promoção da Igualdade Racial deverá [...] buscar compreender a discriminação e os preconceitos embutidos na postura, linguagem e prática escolar; muitos deles construídos historicamente pela mentalidade escravista que permeia a sociedade

No entanto, a escola e o professor têm um papel relevante e significativo para a desconstrução de estereótipos mascarados no contexto escolar, visando uma reflexão com os alunos que possibilite ações conscientes, em busca de eliminar práticas discriminatórias e

preconceituosas no contexto escolar. Nessa perspectiva buscou-se a compreensão dos professores a cerca da Lei 10639/03 e a importância dessa conquista para os dias atuais bem como valorização do negro enquanto sujeito social.

Referindo-se ao questionamento responderam que:

[...] eu não tenho muito conhecimento a respeito desta Lei para trabalhar nos dias atuais, eu conheço a Lei que tem que ser respeitado os negros, mas a fundo a história. Confesso não sei totalmente (Professora 1).

Eu compreendo assim, que ela é obrigatória [...] que é necessário para nossa própria vida, não só para ter conteúdo como mais um conteúdo [...] (Professora 2).

[...] compreender a Lei é bastante relevante porque a Lei veio para implementar o ensino de história de matriz africana nas escolas, mas [...] só que nem todas as escolas elas cumprem com a Lei, descumprem essa Lei [...] (Professora 5)

Embora os professores relatem reconhecer a importância da Lei como um caminho para a valorização do negro no contexto social, percebe-se mediante as falas das mesmas o desconhecimento da Lei, como afirma a Professora 1 não conhecer a fundo, bem como a não implementação da referida no currículo escolar como ressalta a Professora 5 quando ressalta que embora seja uma obrigação importante, nem todas as escolas cumprem com o que está prescrito na Lei, deixando, assim, lacunas e um distanciamento no que diz respeito a promover uma educação igualitária que possibilite eliminar práticas discriminatórias.

Desta forma, questionamentos as professoras entrevistadas acerca da importância do ensino da História e Cultura Africana como ferramenta que corrobora para uma maior valorização do negro em nossa sociedade. No qual foram enunciados que:

Sim, acredito que sim, o ensino da história da África justamente vai possibilitar maior valorização para os negros [...] Porque perante a lei todos nós somos iguais, seja negro, seja branco, [...] todos nós temos os mesmos direitos, então vai valorizar muito expandir mais sobre esse ensino afro brasileiro (Professora 1).

Sim, com certeza, tanto é mais valorizado como ele tem como comprovar que eu tenho esse direito de lutar pela minha terra e de buscar, porque o valor é reconhecido não é? (Professora 2)

Possibilita sim [...] e visa mostrar, ou tem o objetivo de mostrar que o afrodescendente faz parte da sociedade, da cultura [...] (Professora 3)

Percebe-se de acordo com as falas das professoras entrevistadas a relevância desse ensino no contexto educacional, como o intuito de recontar uma história de maneira que possibilite reconhecer uma sociedade pluralista e diversificada, que retrate essa trajetória ao mostrar o lado positivo e a carga de contribuição que o negro sempre buscou valorizar, para desfazer uma imagem de negro “coitadinho”, preguiçoso e de posição marginalizada. Sendo assim, todas as professoras reconhecem esse ensino como um caminho a se fazer para viabilizar e valorizar esse sujeito no contexto atual.

Diante disso, “A identidade do ser humano é parcialmente moldada a partir do reconhecimento, ou falta deste, ou seja, o modo como ele é representado [...]” (SEWALD, 2015, p.19). Nessa perspectiva, entende-se que o cenário educacional é um dos campos responsáveis para promoção do respeito e integração desse sujeito, por meios de propostas que referenciem e enriqueçam o contexto vivenciado por essa diversidade, no intuito de englobar o negro como ator importante na trajetória e desenvolvimento da sociedade brasileira. A obrigatoriedade desse ensino busca por mudanças no planejamento e sistematização das práticas aplicadas na escola.

É nesse processo marcado pela interação continua entre o ser humano e o meio que construímos o nosso conhecimento. Sendo assim, tanto o desenvolvimento biológico quanto o domínio das praticas culturais existentes no nosso meio são imprescindíveis para a realização do acontecer humano (GOMES, 2006, p. 27).

É nesse espaço de relação e interação uns com os outros que os sujeitos estarão aptos a construir sua própria identidade, pois, esse contexto é construído, sobretudo, por uma diversidade de comportamentos, heranças, tradições e culturas, que cobram do professor um desempenho eficaz e satisfatório, de acordo com as especificidades do seu alunado. Dessa forma, compreendemos que embora os professores reconheçam a importância da formação, tendo em vista o contexto que estão inseridos, isso passa a ser algo que exige um melhor aperfeiçoamento de suas metodologias.

Nesse sentido, faz-se necessário reforçar uma formação continuada para os professores acerca da demanda da Lei para a efetivação desse ensino no contexto da sala de aula. De acordo com Fontenele e Cavalcante (2016) a Lei em si não é o suficiente para contemplar a demanda, tendo em vista que o campo que engloba essa diversidade apresenta falhas por perpetuar por muito tempo um ensino totalmente eurocêntrico, contudo, é necessário repensar

a formação inicial do professor, para promover capacitação satisfatória, uma vez que a falta de preparação dificulta efetivar um ensino que promova a democracia social.

Souza e Pereira (2013) apontam que a formação dos professores necessita ser continuada para tornar a efetivação desse ensino uma prática real, abordando a história dentro de um contexto que permita implementar práticas pedagógicas satisfatórias que alcance a realidade e necessidades de professores e alunos da escola básica. Ainda nessa perspectiva, “[...] o desafio das escolas é garantir espaços nos currículos e nas salas de aulas para a inclusão positiva da História e cultura de negro [...]” (FONTENELE; CAVALCANTE, 2016, p. 10), chamando assim à atenção para a importância de repensar o currículo, para se conseguir enxergar o valor da educação em prol da emancipação do sujeito crítico, agregando as suas metodologias novas possibilidades de resgatar a história do negro e as raízes de uma herança cultural, viabilizando o padrão sociocultural dos alunos no currículo escolar.

Reconhecer a importância de ensinar a história e cultura africana e afro-brasileira exigida pela Lei 10639/03 é um marco diante do cenário que se encontra a educação atual, no entanto, a problemática em análise diante das falas das entrevistadas, ainda demonstra a existência de um distanciamento no que diz respeito a práticas em prol de uma educação antirracista, bem como voltada para a erradicação das discriminações que perpetuam esse contexto. Salientando, dessa forma, lacunas em uma das principais ferramentas de trabalho, o livro didático, no qual apontam que o material faz representação ao negro, abordando imagens que minimizam e desfavorecem toda a trajetória percorrida. Sewald (2015) ressalta a importância de um procedimento criterioso de análise para a fabricação desse material pedagógico, tendo em vista que é uma ferramenta importante que contribui para o professor aprimorar suas metodologias.

Os professores entrevistados demonstram a partir de suas falas, um contexto educacional com muitas falhas quando o assunto é história e cultura africana e afro-brasileira. Reconhecer esse cenário e transmitir junto aos alunos, de maneira interdisciplinar, a necessidade de uma maior valorização da história dos negros no nosso País, não é suficiente para minimizar práticas racistas existentes na escola, pois, este processo vem acontecendo a passos lentos. Porém, para um melhor desempenho por parte dos professores é preciso um investimento por parte dos órgãos responsáveis pela educação, no processo de formação desse profissional, para que venha a se encaixar dentro dos pressupostos estabelecido pela lei. Contudo faz-se necessário um desprendimento do modelo educacional que ainda perpetua a educação deste País.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, a pesquisa se propôs a analisar de que forma o ensino de história africana e afro-brasileira estão sendo trabalhados em sala de aula, bem como as contribuições culturais do povo africano para o povo brasileiro e a importância do estudo da cultura africana, além da formação desse profissional mediante ao estudo da História da África para um trabalho de qualidade. Diante da experiência em campo, a fim de responder aos questionamentos da pesquisa pôde-se perceber que a problemática investigada ainda anda a passos lentos e, que esse ensino embora seja embasado por uma Lei obrigatória, não contempla todo o multiculturalismo da diversidade existente na sociedade.

Diante da coleta dos dados apanhados a partir da entrevista aplicada com questões referentes à temática em estudo, buscou-se averiguar sobre as metodologias que eram trabalhadas no âmbito da sala de aula, bem como o conhecimento acerca da lei 10639/03 para a efetivação de um ensino pautado na inclusão de uma história ainda contada de maneira fragmentada. A respeito do entendimento dos profissionais mediante o exposto, foi constatado que o ensino da história africana e afro-brasileira nos anos iniciais do ensino fundamental, embora tendo uma Lei que ampara esse ensino, visando ser trabalhada de maneira interdisciplinar, não dá conta de reparar todo esse processo histórico e cultural trazido pelos negros.

Constatou-se, também, acerca do conhecimento e a importância da Lei 10639/03 como uma possibilidade de inovar esse ensino, de mudar a nossa maneira de olhar esses povos, para compreendermos o processo que se constitui a formação das identidades brasileiras. Que os professores têm pouca intimidade e conhecimento sobre essa ferramenta legal, mas, atentam para a importância de ensinar essa cultura para o aluno negro se reconhecer como sujeito importante para a formação da sociedade, se valorizando e assumindo o espírito de luta, que é a essência e o carisma desses povos.

Nesse sentido de pouca intimidade com a realidade proposta pela Lei, faz-se necessária uma iniciativa na formação desse profissional para trabalhar os conteúdos importantes e necessários da história, ou seja, uma maneira de estar se atualizando na área, aprofundando-se teoricamente para aprimorar sua prática metodológica em sala de aula.

Ainda acerca da compreensão sob o dinamismo metodológico que pode ser incorporado ao objeto de estudo e tendo como a principal ferramenta de subsídio o livro didático, diante das falas das professoras foi revelado que esse é um dos principais obstáculos

encontrados no contexto escolar para trabalhar a temática abordada. Todos os professores entrevistados responderam que o material didático disponível não possibilita a inclusão positiva do negro como deveria acontecer, de modo que não fornece conteúdos que colaborem para valorizar a formação integral do negro.

Percebe que a Lei embora sendo uma realidade conquistada a mais de quinze anos, não se efetiva plenamente nos conteúdos imprescindíveis para desfazer a ideia que se tem da África e do negro, deixando lacunas na representação do negro para a sociedade, uma vez que deixa de mostrar as verdadeiras raízes trazidas pelos negros, como as religiões africanas, a música, a dança, teatro, as artes plásticas, toda resistência, as reivindicações e lutas por direito de igualdade. O processo de democracia social acaba sendo mascarado e inviabilizado nos livros didáticos, reforçando, dessa maneira, com a discriminação e o preconceito reproduzido na história contada de forma superficial.

É importante ressaltar que o ensino da história africana e afro-brasileira nos anos iniciais do ensino fundamental não contempla o que institucionaliza a Lei de acordo com os relatos feitos pelas professoras entrevistadas, uma vez que afirmam que o livro didático, principal ferramenta pedagógica, não aborda uma história de lutas e conquistas do negro.

Ainda no contexto atual, a imagem que se traz do negro no livro didático são imagens selvagens do negro escravizado reproduzindo estereótipos e denegrindo sua imagem, de modo que a maneira como é abordada pode influenciar na não aceitação desse sujeito como descendente das matrizes africanas. Outro destaque na fala das entrevistadas é o reconhecimento da importância desse ensino, mesmo tendo pouco entendimento da Lei.

Diante da compreensão dos professores acerca do objeto de estudo, foi apresentado semelhanças em algumas metodologias utilizadas, bem como esse ensino como sendo importante para o reconhecimento e valorização do negro nas camadas sociais, porém, muitas são as dificuldades existentes no campo educacional para que de verdade a Lei seja efetivada plenamente, uma vez, que o que é prescrito na Lei não se aproxima da realidade das escolas e, ainda, o material pedagógico disponível não dá relevância ao ensino africano e afro-descendente.

Portanto, acreditamos que ainda há muito o que ser feito para alcançar o objetivo da Lei, a começar pela mudança nos livros didáticos, bem como investindo na formação dos professores, para que possam desenvolver uma prática pautada em um trabalho que ultrapasse a formação crítica da pessoa humana, ou seja, uma educação voltada para todo o processo histórico da humanidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. C. T. M.; AGUIAR, F. J. F. **Uma reflexão sobre o ensino de historia e cultura afro-brasileiro e africana e a formação de professores em Sergipe**. Gediadde, v. 7, n. 4, 2010.

ALENCAR, M. G.; FERREIRA, A. C.; ANDRE, A. P. B.; LANZA, F.; TOKITA, N. F.; SOUZA, N. R. **Relações etnicorraciais: saberes e experiências no cotidiano escolar**. Londrina: UEL, 2010.

ALMEIDA, M. A. B.; SANCHEZ, L. P. **Implementação da Lei 10639/2003- competências, habilidades e pesquisas para a transformação social**. Pro.posições, v. 28, n.1, p.55-80, 2017.

AUGUSTO, L. S.; TONIOSSO, J. P. **A temática africana no ensino de historia nas series iniciais do ensino fundamental**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, v. 2, n. 1, p. 183-195, 2015.

BITIOLI, M.; TONIOSSO, J. P. **Historia e cultura afro-brasileira no currículo escolar**. Revista Fafibe-on line, v. 6, n. 6, p. 57-66, 2013.

BRASIL. Lei 2040, de 28 de setembro de 1871. **Lei do ventre livre**. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1871.

BRASIL. Lei 3353, de 13 de maio de 1888. **Declara extinta a escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1888.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário oficial, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “historia e cultura afro-brasileira” e da outras providencias**. Diário oficial, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei 12288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade racial**. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 de julho de 2010.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação fundamental – SEF. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: câmara dos deputados, serie legislação, 2014.

CHAGAS, W. F. **Historia e cultura afro-brasileira e africana na educação básica da Paraíba**. Educação & realidade, v. 42, n. 1, p. 79-98, 2017.

DIAS, E. C.; CECCATTO, A. **Entre teoria e prática: a formação docente e a apropriação da lei 10639/2003 no cotidiano escolar.** *Historia & ensino*, v. 21, n. 2, p. 283-306, 2015.

DIAS, L. R. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10. 639, de 2003. In: **Historia da Educação do negro e outras historias.** Brasília: Ministério da Educação, 2005.

FAVOLI, H. I.; BLOGOSLAWSKI, I. P. R.; FACHINI, O. **Educar para pesquisa: normas para produção de textos científicos.** 3ª ed. Rio do sul- SC: Nova letra, 2010. 152p.

FAZZI, R. C. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito.** Belo Horizonte: autentica, 2006.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes (o legado da “raça branca”)** – 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERRAZ, L. A. **Lei nº 10.639/03 uma nova possibilidade de reconhecimento da historia e cultura afro-brasileira e africana.** 2011. 59f. TCC (Licenciatura em pedagogia) – universidade estadual de londrina, londrina, 2011.

FONTENELE, Z. V.; SANTOS, N. F.; CAVALCANTE, M. P. **O ensino de historia e cultura afro brasileira e indígena na visão de professores de escolas publicas.** In: CONEDU, Campina Grande, 2015.

FONTENELE, Z. V.; SILVA, I. B. **A inclusão da historia e cultura afro-brasileira e indígenas no livro didático.** In: XXVIII simpósio nacional de historia, Florianópolis, 2015.

FREITAS, M. D. S. **Refletir sobre a historia do negro no Brasil: uma resposta ao racismo.** In: II congresso de Educação, Iporá, 2012.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. P. A. **Política docente no Brasil: um estudo da arte.** Brasilia: Unesco, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009. 120p.

GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernarde dos. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa.** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOIS, J. C. A. A importância do ensino de historia da cultura afrobrasilera e indígena na escola. **Revista educação uniAGE**, v. 1, n. 1, p. 21-36, 2016.

GOMES, N. L. **Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica.** In: Educação como prática da diferença. Org ABRAMOWICZ, A.; BARBOSA, L. M. A.; SILVERIO, V. R. Campinas, Sp: Armazém do Ipê (autores associados), 2006.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 132-154, 2011.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: Ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc., Campinas**, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

GUIMARÃES, C. S. **O comércio de escravos na África Ocidental e Centro-Ocidental – século XVI**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011.

JUNIOR, H. C. Nós, afro-descendentes: historia africana e afro-descendentes na cultura brasileira. In: **História de Educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

HYPOLITO, A. L. M. Trabalho docente e o novo plano nacional de educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Cad. Cedes**, v. 35, n. 97, p. 517-534, 2015.

KRUMAH, K. N. Ensino Fundamental. In: **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

LIMA, H. K. M. **A importância de trabalhar o ensino da historia e da cultura afro-brasileira e africana em sala de aula**. 2016. 27f. TCC (licenciatura em pedagogia) – Universidade federal da Paraíba, Cabeceiras-Pb, 2016.

LIMA, M. L. D. **Lei 10639/03: obrigatoriedade do ensino de historia da África e afro-brasileira na educação básica: experiência através de projetos interdisciplinar em escola de zona rural de macaúba/Rn**. In: XXV Simpósio nacional de historia , Fortaleza, 2003.

LUCK. H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MATTOS, R. A. **Historia e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, M C S **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro- São Paulo, ABRASCO-HUCITEC, 1992.

MINAYO, M. C. S. **O desafio da pesquisa social**. Petrópolis: vozes, 2006.

NASCIMENTO, D. G.; SANTOS, J. R. **Ensino de historia e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental I, analise da implementação da lei federal nº 10639/03**. In: II SIPPEDES, unesp/Franca, 2016.

OLIVEIRA, L. F.; LIMA, F. F. **O novo PNE e a educação para as relações étnicos-raciais: urgências para o currículo de formação inicial docente**. In: 37ª reunião da ANPED, Florianópolis, 2015.

RIBERIO, D. **A lei nº 10639/03: limites e perspectivas para a educação das relações étnicos-raciais**. In: XII congresso nacional de Educação, Paraná, 2015.

RICHARPSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, L. C. **A formação de educadores(as) na perspectiva etno-racial na rede municipal de ensino de São Paulo (2001-2004)**. In: História de Educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SANTIAGO, A. J. B.; ARAÚJO, G. J. G.; ALMEIDA, G. B.; FILHO, J. G. T. L. **A história da África e a cultura afro-brasileira nas ciências humanas**. In: V coloquio de História, 2011.

SEWALDO, S. L. **Livro didático de história e inclusão da cultura afro-brasileira**. TCC (Especialização em relações étnicas raciais) – Universidade federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SILVA, A. C. **A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático**. In: **Superando o racismo na escola**. Org. MUNANGA, K. Ministério da educação, 2005.

SILVA, C.; SANTIAGO, E. **História e cultura afro-brasileira: uma política curricular de afirmação da população negra no Brasil**. Educacion, v. 24, n. 1, p. 53-66, 2016.

SILVA, H. F. P.; MARTINS, E. As imagens do negro no livro didático de história. **Revista Pitágoras**, v. 1, n.1, p. 1-12, 2012.

SOUZA, F. S.; PEREIRA, L. M. S. Implementação da lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços. **Educar em revista**, v. 47, p. 51-65, 2013.

APÊNDICES



Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Bom dia, meu nome é **Cristina Lima da Silva**, sou aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande e o/a Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa intitulada “O ensino de história africana e afro-brasileira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: As intenções e motivações desse estudo deve-se ressaltar a necessária e devida contribuição da Universidade Pública na contínua referencialização do ensino superior por intermédio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, nesse caso, desdobradas nas frentes de trabalho da iniciação científica. O objetivo dessa pesquisa é a analisar o ensino de história da África nos anos iniciais do ensino fundamental como instrumento de formação e valorização do negro.

(Os) dado(s) serão coletados da seguinte forma: o/a Sr.(a) irá participar de uma entrevista, estruturada em um roteiro, que aborda pontos relacionados ao modo que você compreende os a relevância do entendimento e práticas pedagógicas inerentes ao trabalho com história africana e afro-brasileira em turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Embora eu tenha o máximo de cuidado para com seu bem-estar é possível um eventual desconforto com as questões a lhe serem perguntadas ou, até mesmo, uma compreensão de sua parte de possível má interpretação de dados de minha parte. Entretanto, em todas as etapas dessa pesquisa, serão depreendidos todos os esforços possíveis para evitar riscos tais quais: constrangimentos, má interpretações nas análises e para com conclusões que não correspondam proporcionalmente a sua compreensão da dinâmica de trabalho em relação ao meu objeto de estudos. Como uma das garantias, sua confidencialidade será assegurada o seu anonimato, via letra inicial de sua profissão e número para sua identificação e indicar a sequencia dos sujeitos desse estudo e os dados revelados aqui serão tratados com absolutos padrões éticos, conforme Resolução CNS 466/12.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: A participação do/da Sr.(a) nessa pesquisa não implica necessidade de acompanhamento e/ou assistência posterior, tendo em vista que a presente pesquisa não tem a finalidade de realizar diagnóstico específico para

o/a senhor/a, e sim identificar fatores gerais da população estudada. Além disso, como no roteiro de entrevista não há dados específicos de identificação do/da Sr.(a), a exemplo de nome, CPF, RG, outros, não será possível identificá-lo/a posteriormente de forma individualizada.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE

SIGILO: O/A Sr.(a) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar.

O/A Sr.(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de prestação de serviços. Os/As pesquisadores/pesquisadoras irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa permanecerão confidenciais podendo ser utilizados apenas para a execução dessa pesquisa. O/A Sr (a) não será citado(a) nominalmente ou por qualquer outro meio, que o identifique individualmente, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr.(a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade do pesquisador responsável e outra será fornecida ao/a Sr.(a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR

EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para o/a Sr.(a) e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Não é previsível dano decorrente dessa pesquisa ao/a Sr.(a), e caso haja algum, não há nenhum tipo de indenização prevista.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE:

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. A pesquisadora _____ certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais, no que se refere a minha identificação individualizada, e deverão ser tornados públicos através de algum meio. Ele/a compromete-se, também, a seguir os padrões éticos definidos na Resolução CNS 466/12. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar a professora orientadora **Maria Tháís de Oliveira Batista**, através do telefone **(083) 98127-4898**. Além disso, fui informado que em caso de dúvidas

com respeito aos aspectos éticos deste estudo poderei consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores, situado à Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - Tel.: (83) 3532-2000 CEP 58900-000 - Cajazeiras – PB.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

_____	_____	____/____/____
Nome	Assinatura do Participante da Pesquisa	Data
_____	_____	____/____/____
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



Apêndice B - Questionário de Caracterização

Dados pessoais:

Sexo: Feminino Masculino

I. Faixa Etária

- Entre 20 a 25 anos
 Entre 26 a 30 anos
 Entre 31 a 35 anos
 Entre 41 a 45 anos
 Entre 51 a 55 anos

II. Formação Acadêmica

Graduação em: _____

Especialização em: _____

Mestrado em: _____

Doutorado em: _____

III. Experiência no magistério

Tempo que Leciona: _____



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



Apêndice C - Entrevista Semiestruturada

- 1 De que forma você educador (a) enfatiza em suas práticas pedagógicas o Ensino de História da África?
- 2 Para você, qual a importância do Ensino de História da África na sala de aula?
- 3 Que valores africanos são discutidos no âmbito escolar? E de que forma esses valores mostram-se significativos para a formação da identidade negra dos alunos afrodescendentes?
- 4 Que livro didático da disciplina de História você utiliza? Este livro apresenta temas relacionados ao ensino de História da África? (Se sim, como você trabalha esses temas?)
- 5 Como você compreende a Lei 10.639/03 e sua importância nos dias atuais? (Explicar sobre a lei)
- 6 Comente a seguinte frase: “O ensino de história da África e afrobrasileira possibilita uma maior valorização do negro em nossa sociedade”.